

O SISTEMA DO SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL: A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

DIOGO, Emilli M.¹
SOBZINSKI, Janaína S.²
DEITOS, Juliano M.³

Resumo: O presente artigo busca, a partir da discussão da relação entre o tripé Capital, Trabalho e Estado na atual forma de organização social, evidenciar os limites e as possibilidades da educação escolar contemporânea, defendendo uma perspectiva revolucionária. E, também, apontar a dependência ontológica da educação em relação ao trabalho. Para a análise utilizou-se autores como Marx, Lukács, Mészáros, Tonet, Lessa e outros.

Palavras- chave: Capital, Trabalho, Estado, Educação.

Introdução

Está cada vez mais evidente que vivemos numa sociedade que apresenta grandes desigualdades e injustiças sociais que são resultado, principalmente, da exploração capitalista e da desumanização do homem, percebe-se, assim, que se coisificam as relações humanas e se personificam os objetos.

Muitas vezes nos indagamos: Por que a sociedade é tão injusta? Por que uns têm uma ótima condição de vida e outros vivem na miséria? O que justifica tais desigualdades? Por que milhares de pessoas são exploradas todos os dias? Por que alguns recebem salários baixos, que não garantem a sua sobrevivência? Qual é o papel do trabalhador nesta sociedade? Por que os direitos civis parecem valer apenas para uma pequena parcela da população? Qual o papel do Estado frente a estas questões? Quais seriam os limites e possibilidades da educação escolar no desenvolvimento da formação humana?

De modo geral, tais perguntas podem ser respondidas de duas maneiras: uma conservadora e outra revolucionária.

¹ Mestranda em Educação pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: emillimoreira@bol.com.br.

² Mestranda em Educação pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: janainasobzinski@yahoo.com.br.

³ Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: juliano.deitos@gmail.com.

Os conservadores tratam essas desigualdades como naturais. Lessa e Tonet (2011) argumentam que os conservadores afirmam não ser possível superar a exploração do homem pelo homem, porque ela corresponde à verdadeira essência humana. Para os autores, os reacionários veem a vida social como uma “luta entre indivíduos mesquinhos, egoístas, individualistas e movidos pelo desejo de acumular propriedades” (LESSA; TONET, 2011, p. 13). Para os conservadores, o capitalismo é o estágio final da evolução da sociedade, a melhor já alcançada, logo, insuperável, sendo a única possibilidade de melhoria, o seu aperfeiçoamento.

Os revolucionários, contrariamente a isto, defendem que somente haverá igualdade e dignidade entre as pessoas quando existir uma nova forma de sociabilidade que supere as *desumanidades* da sociedade capitalista. Lessa e Tonet (2011) destacam que, em Marx, a única alternativa para o fim da opressão dos homens pelos homens é a emancipação humana, já que somos seres sociais e históricos e, assim, homem em sua essência não é individualista. O individualismo é resultado histórico da sociedade capitalista burguesa.

Pode-se perceber nas palavras de Marx (2004, p. 88-89, grifos nossos), a importância que atribui à emancipação dos trabalhadores e ao fato de que a liberdade plena destes, conduz à verdadeira emancipação humana:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc, da servidão, se manifesta na forma política *de emancipação dos trabalhadores*; não como se dissesse respeito somente a emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [*emancipação*] humana. Mas esta [última] está aí encerrada por que a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.

Lessa e Tonet (2011), baseados no pensamento marxiano, expõem que os revolucionários sustentam-se na prerrogativa que o fim da história não se dá na sociedade capitalista, e como a sociedade burguesa se fez real, uma sociedade comunista também pode existir, como uma sociedade verdadeiramente humana.

Na busca de delinear algumas possíveis respostas a essas reflexões, este artigo tem como objetivo, a partir da relação entre o tripé Capital, Trabalho e Estado, evidenciar os limites e apontar as possibilidades da educação escolar contemporânea.

Relação entre o tripé Capital, Trabalho e Estado

Para se entender as contradições advindas da própria ordem do capital e que insurgem em outras esferas da sociedade, é necessário desvelar algumas questões que fundamentam o processo de organização da sociedade capitalista. Assim, por meio da investigação de algumas contradições e antagonismos entre capital e trabalho, pode-se perceber as mediações do Estado, a sua natureza e seu papel.

O trabalho é o ato fundante do ser social, é a partir do trabalho que surgem outras atividades que colaboram para a organização da sociedade e pelas quais os homens se tornam capazes de exercer a sua humanidade. O trabalho é responsável pela produção da riqueza material, cuja finalidade é a satisfação das necessidades humanas. Assim, para Marx o trabalho é

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1998, p.211).

Marx enxergava nos sujeitos sociais, os homens reais, os quais necessitam sanar suas necessidades, e à medida que os homens transformam a natureza para satisfazer tais necessidades, realizam trabalho no seu aspecto ontológico, sendo indispensável à existência humana.

Marx (1998, p. 212) apresenta os elementos componentes do processo de trabalho: a) a atividade, adequada a um fim, isto é, ele próprio; b) a matéria que se aplica, o objeto; c) os meios, o instrumental. Assim, para Marx, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas o objeto de trabalho só é matéria-prima após ter sido modificada.

Lukács, no mesmo sentido de Marx, destacou que o trabalho humano passa pelos seguintes processos: a) prévia-ideação; b) objetivação e; c) exteriorização. Na prévia-ideação (ou teleologia) a ação a ser executada e seu resultado sempre são projetados na consciência antes de serem aplicados na prática. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. (LUKÁCS, 2010, p. 45)

Após ter projetado na consciência o seu trabalho, o indivíduo, realiza uma objetivação (transforma em objeto o que era prévia-ideação), coloca em prática o que havia planejado. A objetivação sempre gera novos conhecimentos, novas experiências e transforma a realidade, a natureza, o indivíduo e assim, a sociedade.

Ao ter atingido a objetivação, um novo conhecimento pode tornar-se não só útil e verdadeiro para o indivíduo que o experimentou, mas para seu grupo, para a organização social e então, esse conhecimento passa de um caso singular para constituir-se num conhecimento genérico, para Lessa e Tonet (2011), torna-se patrimônio da humanidade. Ocorre então, a generalização.

Por mais que o indivíduo ao realizar um intercâmbio com a natureza, tenha previamente projetado em sua consciência o fim a atingir, existe, por outro lado, a natureza, o mundo objetivo, que muitas vezes não segue o trajeto que foi planejado, pois o real já existe, e é ele que determina as ideias e não o contrário. Apesar das ideias poderem sim exercer força material na transformação social (MARX, 2003 apud MASSON, 2007, p. 107). Essa esfera puramente causal, em que novos fatos, novas experiências podem surgir e que não haviam sido planejadas pelos sujeitos, é denominada por Lukács (2010), de causalidade.

Vale retomar, ainda, que o trabalho não é somente simples ideação pela ideação, ele sempre traz consigo uma necessidade objetiva que se busca completar. Logo, sempre haverá uma nova situação objetiva e subjetiva, que exige um novo trabalho, numa história sem fim, que sempre se reinicia, não como era da primeira vez, já que o homem se transformou ao transformar a natureza e, também, a natureza já não é a mesma, pois, foi transformada pelo homem. É um processo que está sempre em desenvolvimento.

Lessa (2011, p.195) chama a atenção para a primazia da categoria trabalho e, ao se apropriar das ideias de Marx, denomina-a como: “fundante”, “universal” e “eterna”. É pelo trabalho manual que há a conversão da natureza em valores de uso, necessários à existência humana e, por isso, não há “[...] qualquer possibilidade de eliminação do trabalho manual do trabalho que opera o intercâmbio orgânico com a natureza.”

No entanto, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, a divisão social do trabalho passa a se intensificar e o trabalho manual separa-se do intelectual. Segundo Marx (2003, p.577), “[...] se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários”. Nesse sentido, o conceito de trabalho, de acordo com Lessa (2011, p.150), passa a receber um caráter específico para a análise da sociedade capitalista.

Desse modo, o trabalho se tornou estranho ao homem, tornando-se alienado. Marx (2004, p. 80) define trabalho alienado afirmando que:

o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta com um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta objetivação do trabalho aparece ao estado nacional econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*).

Na sociedade capitalista, o modo de produção atingiu sua forma mais brutal de exploração, o trabalho perdeu a sua essência, tornando-se atividade mecânica, penosa e alheia ao ser humano. A exploração já existia anteriormente à sociedade capitalista, porém foi por essa forma de sociabilidade acentuada, onde o trabalho perde a necessidade objetiva que o funda, e o homem se torna incapaz de realizar uma prévia ideação, de controlar o seu desenvolvimento e o produto deste trabalho se torna um fim em si mesmo, sem valor para o seu criador, beneficiando apenas a classe que domina os meios de produção, por meio do lucro sobre o produto/mercadoria.

Marx (1998) apresenta o conceito de *Trabalho abstrato* (trabalho alienado), que se fundamenta no valor de troca, não mais somente no valor-de-uso. No desenvolvimento deste trabalho, o sujeito produz uma mercadoria que terá seu valor estabelecido pelo tempo socialmente gasto na sua produção. Para Lessa (2002, p. 28), “o trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato”.

Marx (2004, p. 82), explicita que quanto mais desenvolvidos científica e tecnologicamente as formas de trabalho na sociedade capitalista, mais o trabalhador se torna alienado:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

Com um discurso de liberdade de escolha, de valorização da autonomia do trabalhador, em que ele seria uma parte integrante para o desenvolvimento da empresa e do capital, os conservadores neoliberais, tentam esconder a *causa sui* perversa do capital⁴, que é a coisificação humana, o individualismo e a crueldade da exploração do trabalhador pelo capitalista, pela busca incontrolável do desenvolvimento do capital.

Ao longo da história da humanidade, observamos muitas transformações, no entanto, nenhuma delas foi capaz de superar a exploração. Marx e Engels (1998), até colocam que, por exemplo, o trabalhador escravo passou a ser na sociedade capitalista, o *trabalhador escravo assalariado*, no qual um mísero salário maquia a exploração, um horizonte de liberdade em meio à exploração cotidiana.

Em contrapartida, é importante ressaltar que, para Marx e Engels (1998, p. 31)

A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história da luta de classes. [...] Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou, sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta.

E, no decorrer de suas obras, Marx demonstrou que através da luta de classes, é que podemos chegar a uma nova sociedade, a sociedade comunista, a sociedade humana. Assim, como a sociedade feudal se transformou em capitalista, ela pode se transformar em comunista, ou outra que represente uma vida essencialmente humana.

No entanto, para existir uma forma de organização social justa, realmente igualitária, temos que superar aquilo que dá sustentação ao capitalismo: a divisão de classes e, conseqüentemente, o capital.

A base da estrutura da sociedade capitalista é formada pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, sendo este fator econômico, o que em última instância determina a produção e a reprodução da vida real. Desta forma, o capital é que controla o trabalho, este último encontra-se subordinado ao primeiro. Marx (1998) descreve que nessa relação “o capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem”.

⁴ Mészáros (2011) coloca que o capitalismo tem formas de tentar ocultar a *causa sui* (causa de si mesmo), na qual, em sua natureza inalterável, a alienação e a desumanização é o preço que vale ser pago em troca do avanço capitalista, sendo quem paga este preço, o trabalhador que é obrigado por necessidades, a vender a sua força de trabalho por um salário, que muitas vezes não é o suficiente nem para as necessidades humanas básicas.

Para Marx (1998), o conceito de *capital* está ligado à “relação-social”, a qual por um lado colabora para as condições reais de dominação do capital sobre o trabalho e por outro cria condições para a base material de um novo processo de vida social. Para os defensores do capitalismo, tal relação beneficia a todos; mas são os proprietários dos meios de produção os beneficiados, pois são eles que procuram atingir o lucro com a produção e o acúmulo de mercadorias.

Mészáros (2011, p. 126) descreve que

[...] o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito social acima de si, mesmo que na realidade seja apenas um pseudo-sujeito. Para isso, o capital precisa de personificações que façam a mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real [...]

O trabalhador precisa sobreviver e para isso, vende a sua força de trabalho; o que ele produz, o produto do seu trabalho também não lhe pertence mais, pois este lhe é estranho, já que a sua força de trabalho está alienada ao capitalista.

Existe uma disparidade entre o valor do trabalho produzido e o valor do trabalho pago, isso porque o dono dos meios de produção não fabrica os produtos apenas por paixão e sim, porque ao produzir valor-de-uso quer transformá-lo em valor de troca, numa mercadoria. Além disso, também quer produzir uma mercadoria de valor maior que o gasto que teve: com a matéria-prima, com o pagamento da força de trabalho e com a proporção de gasto dos meios de produção utilizados. O objetivo capitalista é garantir o lucro.

A produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, ela é essencialmente a produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim a auto-expensão do capital. (MARX, 2003, p. 578).

Constituiu-se, portanto, esse processo como resposta ao desenvolvimento histórico instituído, no qual prevaleceu a divisão hierarquizada de submissão do trabalho ao capital, a partir da contradição entre duas classes fundamentais: burguesia e proletariado.

É comum comparar Capital com riqueza, com acúmulo de Capital e designar como capitalista, aquele que contém grande quantia de Capital. Todavia, Marx aponta que a mercadoria isoladamente é uma forma rudimentar de riqueza e a riqueza das sociedades capitalistas, configura-se em *imensa acumulação de mercadorias* (MARX, 1998).

A mercadoria seria “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (MARX, 1998, p. 57).

Marx (1998, p. 177) explicita, que o ponto de partida para o Capital é a circulação de mercadorias: “a produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida de circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao Capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do Capital.” Nesse processo, o dinheiro como produto final, historicamente, é a primeira forma em que o Capital aparece:

Historicamente, em suas origens, é sob a forma de dinheiro que o capital se confronta com a propriedade imobiliária; como fortuna em dinheiro, capital do comerciante ou do usuário. [...] todo capital novo, para começar, entra em cena, surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro, sob a forma de dinheiro, que através de determinados processos, tem de se transformar em Capital. (MARX, 1998, p. 177)

Neste ponto, capital e trabalho se cruzam, com a manifestação da mais-valia, para que o dinheiro-capital seja sempre multiplicado. A mais-valia é o valor excedente da mercadoria, o qual, o capitalista lucra após descontar todos os encargos para a confecção da mesma (matéria-prima, maquinaria e força de trabalho).

Marx (1998, p. 220) destaca:

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia).

Marx (2003) separa dois tipos de *mais-valia*. A produção da *mais-valia absoluta* dá-se através do prolongamento da jornada de trabalho, enquanto que, para ocorrer a *mais-valia relativa*, a jornada de trabalho é dividida entre trabalho necessário e trabalho excedente. Neste artifício, com o objetivo de aumentar o trabalho excedente, diminui-se o

tempo de trabalho necessário com o acréscimo de instrumentos e métodos que permitam produzir mais em menos tempo. É um choque analisar tal processo, já que com a utilização de novos métodos e técnicas, deveria-se trabalhar menos horas do dia e, no entanto, acontece totalmente o contrário, só há o aumento da exploração!

Neste sentido, Marx atenta para o poder que acaba atribuindo-se ao capitalista quando este detém capital.

O capital é, portanto, o poder de governo (Regierungsgewalt) sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital. O poder de comprar (Kaufend Gewalt) do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder. (MARX, 2004, p. 40).

Pensando nisso, o lucro que o capitalista adquire através da exploração dos seus trabalhadores é muito maior que o salário que lhes paga. Além de, neste processo de (re)produzir capital, serem criados valores-de-uso fetichizados nos consumidores, simplesmente para gerarem maior valor de troca e originarem, ainda mais valor para o capitalista, esvaindo-se o caráter útil dos trabalhos nos produtos “corporeificados”, reduzindo-se a trabalho abstrato.

Na organização da atual sociedade, o Estado exerce função fundamental para a perpetuação do *status quo*, sendo assim, capital e Estado estão juntos, numa relação de interdependência. Durante muitos anos, o Estado assumiu caráter de uma instituição neutra, outras vezes assumiu-se como instituição não neutra e a serviço dos ideais da classe burguesa e atualmente, estabelece-se no âmbito de uma “correlação de forças” (PERONI, 2013).

Na sua crítica à forma de organização social capitalista, Marx descreve que “[...] esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses.” (MARX, ENGELS, 2001, p. 95).

Para Mészáros (2011) seria equivocado descrever o Estado como uma superestrutura, e sim, como “estrutura de comando político do capital”, pois para ele o Estado tem sua própria superestrutura. Segundo o autor, é necessário extinguir o tripé Capital-trabalho-Estado, onde o trabalho encontra-se subordinado aos outros dois.

Segundo Mészáros (2011, p. 119):

Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital [...]

O Estado cumpre bem sua função como estrutura de comando político do capital, além de fazer parte do círculo vicioso das mediações de segunda ordem⁵, e se sobrepõem sobre a “mediação primária”, o trabalho.

Mészáros afirma que o capital não sobreviveria um só dia sem a ação do Estado, e que ambos colaboram para a autodestruição da sociedade. O autor entende que

[...] o Estado — em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador — deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. No entanto, este interrelacionamento íntimo também se mantém quando visto de outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. Isto dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária, não apenas para a constituição original, mas para a sobrevivência continuada (e para as transformações históricas adequadas) do Estado moderno em todas as suas dimensões. (MÉSZÁROS, 2011, p. 125).

Para Vieira (2013, p. 120), o Estado pode exercer caráter discriminatório no momento da escolha das ações a serem implementadas, e estas podem atender os interesses de uma ou outra classe social. O Estado, através de seus agentes, o governo e os partidos políticos necessitam garantir investimentos na área educacional; fica explícita a não neutralidade na tomada de decisões para a aprovação e implementação das ações políticas.

Por isso, apreender o Estado apenas como representante da burguesia nos parece equivocado. De certa forma, o Estado realiza ações para atender algumas demandas da classe trabalhadora e, nesse sentido, evitar que o próprio sistema entre em crise. Isso se dá na medida em que realiza ações paliativas e remediadoras dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Para isso, procura prover necessidades do conjunto social, entre elas, acesso à educação, à saúde, dentre outros. Também procura satisfazer “apetites em sua maioria artificiais”, como por exemplo - além do seu sistema burocrático e administrativo - o complexo militar-industrial, e nesse conjunto de ações, atenuar as contradições e

⁵ Mészáros considera como mediações de segunda ordem: a família nuclear, os meios alienados de produção, o dinheiro, os objetivos fetichistas de produção, o trabalho (na sociedade capitalista), o Estado, o mercado mundial (2011, p. 180).

antagonismos proveniente da fragmentação da produção e do consumo. (MÉSZÁROS, 2011, p.110).

Paniago (2002), a luz de Mészáros, analisa a questão destacando que o sistema do capital não reconhece a existência dos antagonismos e contradições existentes em sua própria base causal. Uma vez que toda essa gama de contradições e antagonismos é tratada com medidas reparadoras, como se fossem distúrbios temporários e “[...] sempre na esfera dos efeitos e consequências, e nunca do ponto de vista da imanência da sua causa sui.” (PANIAGO, 2002, p.5). Tonet (2005) nos ajuda a entender ainda mais essas questões ao comentar que o Estado está constituído como uma necessidade, com todos seus instrumentos “jurídico-políticos”, a partir do objetivo de proteção à propriedade privada e seus interesses. Nesse sentido, como destacam Marx e Engels (2005, p.59), “o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra.”

O poder político, segundo Tonet (2005), não defende apenas os interesses das classes dominantes, mas um campo que ganha determinadas características na medida em que adquire algumas funções na sociedade. Ainda, segundo o autor, a política foi “[...] apropriada por determinados grupos particulares e posta à manutenção dos seus interesses, voltada contra os interesses da maioria dos detentores originais” (TONET, 2005, p.58), ou seja, o conjunto dos homens. Nesse sentido, Marx, Engels e tantos outros teóricos marxistas, fazem a crítica à política. A partir das especificidades e ações do Estado, este se constitui, para Tonet (2005), não como uma resposta do conjunto da sociedade aos conflitos e contradições resultantes da divisão do trabalho e da sociedade de classes, mas como um instrumento que parte das classes dominantes para continuar a reprodução da sociedade sem pôr em perigo a sua posição privilegiada.

Nesse sentido, a educação também cumpre um papel importante na sociedade capitalista e, desta forma, é necessário entender sua função e interdependência ontológica em relação ao trabalho.

A dependência ontológica da educação em relação ao trabalho

Para Lessa (2006, p.3), os atos do trabalho no sentido ontológico só podem vir a ser e se desenvolver tendo por mediação dois complexos sociais fundamentais: a linguagem e a sociabilidade. Desse modo, o ser social aparece como um complexo composto, de pelo menos três categorias essenciais: a sociabilidade, a linguagem e o trabalho. Sendo a última,

o trabalho, segundo Lukács, o momento de maior importância no desenvolvimento do mundo dos homens.

Neste sentido a sociabilidade pode ser entendida como sinônimo de educação, mas educação no seu sentido amplo, já que através da socialização, os conhecimentos considerados patrimônio da humanidade (conhecimentos genéricos) serão ensinados/transmitidos ao indivíduo que construirá outros conhecimentos que poderão ser adquiridos também pelos demais sujeitos sociais.

A educação é uma dimensão social que surge pelo trabalho e, com ele constitui uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa e determinação recíproca (TONET, 2012; LIMA e JIMENEZ, 2011).

Portanto, procuramos destacar a primazia da categoria trabalho, responsável pela produção dos bens necessários para a existência humana, da qual emergem as outras atividades da realidade, responsáveis pela reprodução do ser social. Nesse caso, essa constatação ontológica se deu pelo fato de, como salienta Tonet (2011, p.139), existir entre o trabalho e as outras atividades uma relação de: a) dependência ontológica; b) autonomia relativa; c) determinação recíproca. No primeiro caso, consiste na dependência que as outras atividades têm em relação ao trabalho, sendo esse o seu fundamento, a mediação primária. No segundo, pelo fato de que cada atividade humana desempenha uma função que não deriva mecanicamente de sua relação com o trabalho. E, no terceiro caso, pela relação interdependente de todas as atividades humanas, inclusive o trabalho. Ainda, o autor afirma que é a partir do trabalho que se originam outras esferas de atividades, com especificidades que lhes são próprias nesta sociedade: a arte, a religião, a política, a ciência, o direito, desta forma, também a educação etc.

Desse modo, concordamos com Lima e Jimenez (2011) que destacam que a educação estabelece, em relação ao trabalho uma *identidade da identidade* e uma *não identidade*. Por um lado, há uma identificação pelo fato do trabalho agir na práxis social e, por isso, na educação. Portanto, ambos caracterizam-se pela objetivação de posições teleológicas. Por outro lado, a não identidade ocorre porque no trabalho as posições teleológicas postas são primárias, o intercâmbio orgânico com a natureza, a transformação desta está em valores de uso. Já na educação as posições teleológicas postas são secundárias, procuram influenciar outros indivíduos. Por esse motivo educação não é trabalho, é práxis.

A partir disso, a educação escolar se constitui como uma importante mediação para a formação dos indivíduos, a qual possui, sobretudo, uma dependência ontológica em relação ao trabalho. Por isso, destacamos que na forma de sociabilidade capitalista, permeada por uma lógica de exploração, pelo do trabalho assalariado, a educação é organizada de modo a assegurar a reprodução dos interesses da classe dominante, limitando a formação a essa condição. Por isso, apontamos e defendemos o argumento de que para que a educação escolar e também para que a produção do conhecimento científico sejam, necessariamente, voltados para a formação humana, ou seja, para a emancipação humana é preciso que aconteça a superação da forma de sociabilidade capitalista e da lógica do capital pelo desenvolvimento do trabalho associado. Sendo assim, este é o objetivo a ser vislumbrando e alcançado no horizonte, a possibilidade de construção de uma sociedade para além do capital. Concordamos que:

É, pois, inútil dar voltas à inteligência para – tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista prática – querer conceituar e levar à efetivação uma educação que contribua para a formação humana integral no interior desta forma de sociabilidade. (TONET, 2007, p.83, grifo nosso).

Por isso, concordamos com a afirmação de Tumolo (2012, p.161, grifo do autor), que “[...] no capitalismo a construção do gênero humano se dá pela sua destruição, sua emancipação se efetiva pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida se realiza pela produção de sua morte”. Nesse contexto, a lógica que permeia tanto a educação mais ampla, quanto a produção do conhecimento, apesar das conquistas e avanços em seus campos, servem predominantemente para manter a reprodução da forma de sociabilidade do capital.

Logo, para que a educação e também a produção do conhecimento científico sejam, necessariamente, voltados para a formação humana, para a emancipação humana, apenas a superação do capital e do capitalismo é o ponto no horizonte a ser alcançado, com a possibilidade de construção de uma sociedade para além do capital. (TUMOLO, 2012).

Limites e possibilidades da educação escolar contemporânea

Embora a educação seja considerada um dos eixos centrais para o desenvolvimento do país, ela nunca foi considerada como prioridade ao se estabelecerem as metas a serem atingidas.

Peroni (2013, p.3) avalia como o Estado tem se portado nos últimos anos em relação ao capitalismo, ao mercado, à Terceira-Via e quais são suas ações destinadas à área educacional.

Na tentativa de superar a sua crise, o capitalismo estabeleceu algumas estratégias, como o neoliberalismo, a globalização financeira e produtiva, a reestruturação produtiva e a Terceira Via, que acabaram redefinindo as fronteiras entre o público e o privado. As mudanças ocorreram não apenas na alteração da propriedade, mas principalmente em relação ao que permanece na propriedade estatal, passando a ter a lógica do mercado e reorganizando os processos educacionais.

O Estado brasileiro aderiu à lógica capitalista e como resultado, tem propiciado cada vez mais abertura às parcerias entre o setor público e privado, com isso, a autora destaca que a implementação das políticas são, ainda, de cunho estatal, todavia, as instituições privadas acabam por influenciar constantemente no conteúdo destas políticas educacionais.

Além disso, percebe-se que as ações públicas voltadas à educação e para a formação destinada ao mercado de trabalho, cooptam o pensamento dos revolucionários.

A área educacional reflete o tempo histórico do qual faz parte, assim, como a arte, a cultura etc. Atualmente é muito visível a defesa de uma educação que colabore para a garantia dos direitos de todos os cidadãos, que colabore para o pleno exercício da cidadania, para a formação de sujeitos críticos, sem, no entanto, requerer a formação de sujeitos livres, sem superar de fato a ordem estabelecida pelo capital. O que se percebe com isso, é que as situações são mascaradas, resolvidas no momento em que acontecem. Busca-se sanar os efeitos, as consequências, mas sem ir até suas causas essenciais. O que Mézáros (2011) denomina de *causa sui* do capital.

Mézáros (2011, p. 65, grifos do original) defende uma educação escolar aliada a educação em geral, a que ocorre em âmbitos fora da escola.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida "sociedade de produtores livremente associados". Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a "efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho" seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional.

Mészáros (2011, p. 181) enfatiza que é necessário que a meta de transformação socialista seja de caráter radical: superar o próprio sistema do capital com todas as mediações de segunda ordem. O autor destaca a importância da educação escolar estar atrelada à educação de modo geral, além de ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu interrelacionamento dialético com as condições em mudança e as necessidades da transformação social emancipadora progressiva. (MÉSZÁROS, 2005).

Assim, não se pode realmente escapar da “formidável prisão” do sistema escolar estabelecido [...] reformando-o, simplesmente. Pois o que existia antes de tais reformas será certamente restabelecido, mais cedo ou mais tarde, devido ao absoluto fracasso em desafiar, por meio de uma mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital. O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 47)

O que não quer dizer que devemos esperar uma súbita transformação para lutar por uma educação de qualidade social e mais humana, mesmo sendo inconciliável uma educação emancipadora com o sistema capitalista, a educação em geral (incluindo a formal, não-formal e informal) pode ter a função de transmitir conhecimentos científicos e políticos revolucionários, capazes de *desalienar* o sujeito e dar força para que a sociedade trabalhadora tenha instrumentos para a revolução e a efetivação de uma sociedade, radicalmente diferente.

Como critério para quem assume uma postura voltada aos interesses da classe trabalhadora é essencial o conhecimento da realidade, além do desenvolvimento de uma práxis social voltada a emancipação humana. Sem dúvidas a análise social, pautada por uma teoria do ser social, é fundamental para se apreender os condicionantes dessa forma de sociabilidade. É necessário o conhecimento do real para que este seja transformado. Isto se dá, a partir do estudo, do papel, mesmo que limitado, da educação. A esse respeito, Tonet (2012) descreve cinco critérios para se desenvolverem atividades educativas de caráter emancipador:

1º o conhecimento mais profundo e sólido da natureza do fim que se pretende atingir, a emancipação humana, ou seja, reconhecendo que a realidade é histórica e social, e supondo uma nova organização social, na qual os homens serão plenamente livres, baseada no trabalho associado.

2º a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares. É necessária a apreensão dos nexos causais da materialidade social, da dinâmica do *sistema de sociometabolismo* do capital em seu desenvolvimento histórico.

3º o conhecimento do campo específico da educação. Isso quer dizer, o entendimento de sua função ontológica e quais são suas atribuições para a sociedade contemporânea. Tal constatação nos permite apreender sua importância no processo social, sem ao menos subestimá-la ou superestimá-la.

4º o domínio do campo específico de atuação. Não se trata apenas de dominar conteúdos de disciplinas, mas quais conteúdos, qual a forma de trabalhar com eles. Desse modo, é preciso uma teoria que contribua no processo de formação humana e que vá de encontro às necessidades sociais da classe trabalhadora, que procure desvelar a realidade, a *ontologia do ser social*.

5º o envolvimento com as lutas da sua categoria e da classe trabalhadora. O engajamento nas lutas sociais, tanto específicas quanto gerais são fundamentais e ocorrem cotidianamente. O alimento da teoria é a prática e vice-versa.

Todos os requisitos para as atividades que visam à emancipação humana são de grande importância, mas é difícil o envolvimento dos profissionais da educação em atividades que visem discutir a situação da sua categoria e, mais difícil ainda, engajar-se na luta da classe trabalhadora. Devem-se assim, além de uma formação teórica sólida dos profissionais da educação, serem realizados encontros entre os que querem assumir uma educação de caráter socialista, promover discussões, envolver conhecimentos para que a luta seja realizada coletivamente e os objetivos a serem atingidos sejam os mesmos.

A educação de caráter socialista acontecerá somente numa transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista, mas não podemos ficar esperando para agir no futuro apenas, pode-se agora, desenvolver como aponta Tonet (2012), atividades educativas de caráter emancipador/revolucionário, que garanta o acesso ao que há de mais elevado no âmbito do saber.

Considerações Finais

Reconhecemos que na sociedade capitalista, existem muito mais limites que possibilidades para a educação escolar ser emancipadora, porém, este reconhecimento não

deve nos impedir de lutar por uma educação mais humana e consequente pela transformação social.

Isto não quer dizer que alcancemos o socialismo de imediato, mas que devemos entrar teórica e praticamente nas lutas sociais para a superação radical do capitalismo, o que implica em ter claros os fins e uma auto-organização enquanto classe social.

Por isso, é fundamental que a escola seja capaz de exercer sua função precípua, ou seja, a de garantir a apropriação do conhecimento (científico, artístico e filosófico) elaborado/sistematizado historicamente, constituinte do gênero humano e dos conhecimentos políticos revolucionários que colaborem para o desenvolvimento da consciência de classe. Consciência esta que é determinada coletivamente, pela classe social e não por pensamentos individualistas.

Este pensamento está articulado ao fato que a realidade é histórica e social, é totalidade e sendo assim, é possível chegar à transformação, superando os equívocos que levam ao conformismo e reformismo, defendendo uma perspectiva revolucionária.

Desse modo concordamos com Iasi (2013) onde dois caminhos são possíveis: a via do conformismo e relativismo pós-moderno ou a via de mediações político-educativas revolucionárias que tem por objetivo a criação de espaços formativos, podendo ser a escola um desses espaços, uma mediação necessária.

Por fim, defendemos que para a educação formal e a não formal serem fundamentalmente voltadas a uma perspectiva revolucionária, é necessário que aconteçam transformações na base material da sociedade, ou seja, a superação da forma de sociabilidade capitalista e da lógica do capital.

Referências

IASI, M. L. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v.1, n.1, p.67-84, jan./abril. 2013.

LESSA, S. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In: LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 52, p. 7-23, 2006.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, M. F.; JIMENEZ, S. V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 27, nº 2, p. 73-94, ago. 2011.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1, v. 2, p. 575-587.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. (Trad. Jesus Ranieri)

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Edição Comemorativa dos 150 anos do Manifesto Comunista. 1998.

_____. **A ideologia alemã I**. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 2. ed. Porto: Editorial Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASSON, G. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, vol. 2, n. 2, p. 105-114, jul-dez. 2007.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANIAGO, M. C. S. **Capital e trabalho** – uma relação de subordinação hierárquica incontornável e incontornável. 2002. Disponível em: <http://www.cristinapaniago.com/Textos_bak/Capital_e_Trabalho.rar>. Acesso em: 17 de julho de 2012.

PERONI, V. Redefinições no papel do Estado: parcerias Público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Política Educativa**. v. 21, n. 47; p. 1 – 17, mai/2013.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br>>. Acesso em: 03 de ago. de 2012.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Educação contra o capital.** 2ª ed.. São Paulo: Revista Instituto Lukács, 2012.

_____. Educação e ontologia marxiana. HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p.135-145, abr. 2011.

TUMOLO, P. S. Trabalho, ciência e reprodução do capital. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.p.157-161.

VIEIRA, J. D. **Piso Salarial para os educadores brasileiros: quem toma partido?** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.